

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO ESTRATÉGIA DE ACESSO À EDUCAÇÃO PARA ESTUDANTES EM ÁREAS DE CRISE HUMANITÁRIA

**DISTANCE EDUCATION AS A STRATEGY FOR ACCESS TO EDUCATION FOR
STUDENTS IN HUMANITARIAN CRISIS AREAS**

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 17/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/789584891](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/789584891)

Lorrayne Stephane dos Reis Adolfo¹

Hevelynn Franco Martins²

Domingos Lucas dos Santos Silva³

Núbia Paulo de Costa Andrade⁴

Raphael Jayson Prestes⁵

Tatiane de Araújo Rodrigues⁶

Mikaele Machado Oliveira⁷

Cristiane Ribeiro da Silva⁸

Daiana Fernandes Ribeiro⁹

Patricia Matos Monteiro¹⁰

Sunami Graças de Farias Correia¹¹

Tiago Mota Bahia¹²

Reuber Araújo Silva¹³

Tamires Emanuele Amorim de Oliveira¹⁴

Francys Kleybson Monteiro de Souza¹⁵

RESUMO

A garantia do direito à educação em áreas afetadas por crises humanitárias constitui um dos principais desafios enfrentados pelos sistemas educacionais, especialmente diante de conflitos armados, desastres naturais, deslocamentos forçados e outras situações que comprometem a continuidade da escolarização. Nesse contexto, a educação a distância apresenta-se como uma alternativa para assegurar o acesso ao ensino e minimizar os impactos provocados pela interrupção das atividades presenciais. O presente estudo teve como objetivo analisar as contribuições da educação a distância como estratégia de acesso à educação para estudantes em áreas de crise humanitária, identificando suas potencialidades, desafios e possibilidades de aplicação. A pesquisa caracteriza-se como uma revisão de literatura, de natureza qualitativa, exploratória e descritiva, fundamentada na análise de 23 artigos científicos publicados em língua portuguesa entre 2019 e 2026 e um livro de referência sobre metodologias ativas publicado em 2018. A análise dos dados foi realizada por meio da análise temática, possibilitando a organização dos estudos em categorias relacionadas ao direito à educação, à educação a distância, aos desafios da implementação dessa modalidade e ao papel das tecnologias digitais e das políticas educacionais em situações de emergência. Os resultados evidenciaram que a educação a distância pode contribuir para a continuidade da escolarização em contextos de vulnerabilidade, desde que existam infraestrutura tecnológica adequada, inclusão digital, formação docente e políticas públicas que favoreçam sua implementação. Conclui-se que essa modalidade representa uma estratégia relevante para ampliar o acesso à educação em áreas de crise humanitária, contribuindo para a garantia do direito à aprendizagem e para a redução dos impactos educacionais provocados por situações emergenciais.

Palavras-chave: Educação a distância; Crises humanitárias; Tecnologias educacionais; Direito à educação.

ABSTRACT

Guaranteeing the right to education in areas affected by humanitarian crises is one of the major challenges facing educational systems, particularly in the face of armed conflicts, natural disasters, forced displacement, and other situations that compromise the continuity of schooling. In this context, distance education emerges as an alternative to ensure access to education and minimize the impacts caused by the interruption of in-person activities. This study aimed to analyze the contributions of distance education as a strategy for educational access for students in humanitarian crisis zones, identifying its potential, challenges, and possibilities for implementation. The research is a qualitative, exploratory, and descriptive literature review based on the analysis of 23 scientific articles published in Portuguese between 2019 and 2026 and a reference book on active learning methodologies published in 2018. Data analysis was conducted using a thematic approach, allowing the studies to be organized into categories related to the right to education, distance education, the challenges of implementing this modality, and the role of digital technologies and educational policies in emergency situations. The results demonstrated that distance education can contribute to the continuity of schooling in contexts of vulnerability, provided there is adequate technological infrastructure, digital inclusion, teacher training, and public policies that support its implementation. It is concluded that this modality represents a significant strategy for expanding access to education in humanitarian crisis areas, contributing to guaranteeing the right to learning and mitigating the educational impacts caused by emergency situations.

Keywords: Distance education; Humanitarian crises; Educational technologies; Right to education.

1. INTRODUÇÃO

A educação constitui um direito humano fundamental e um dos principais instrumentos para a promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural. Entretanto, milhões de estudantes em diferentes regiões do mundo enfrentam obstáculos significativos para exercer esse direito em razão de crises humanitárias provocadas por conflitos armados, desastres naturais, deslocamentos forçados, epidemias e outras situações de emergência. Nesse contexto, a educação a distância tem se consolidado como uma estratégia capaz de reduzir as barreiras impostas por essas circunstâncias, possibilitando a continuidade do processo educativo mesmo diante de cenários marcados pela instabilidade e pela interrupção das atividades presenciais.

O avanço das tecnologias digitais, aliado à ampliação das plataformas virtuais de ensino, favoreceu o desenvolvimento de novas possibilidades para a oferta educacional em ambientes adversos. Em áreas afetadas por crises humanitárias, a educação a distância representa uma alternativa para minimizar os impactos da suspensão das aulas presenciais, preservando o vínculo dos estudantes com a aprendizagem e contribuindo para a manutenção de sua trajetória escolar. Embora sua implementação esteja condicionada à disponibilidade de infraestrutura tecnológica, conectividade e formação dos profissionais envolvidos, essa modalidade apresenta potencial para ampliar o acesso à educação em contextos historicamente marcados pela vulnerabilidade.

A relevância dessa temática está relacionada à necessidade de compreender como a educação a distância pode contribuir para assegurar o direito à educação em situações de emergência, promovendo oportunidades de aprendizagem para populações frequentemente excluídas dos sistemas educacionais convencionais. Além de favorecer a continuidade dos estudos, essa modalidade pode contribuir para a redução das desigualdades educacionais, fortalecer processos de inclusão social e oferecer suporte à reconstrução das comunidades afetadas por eventos que comprometem o funcionamento regular das instituições de ensino.

Apesar dos avanços observados nas tecnologias educacionais e da crescente adoção da educação a distância em diferentes níveis de ensino, ainda persistem desafios que limitam sua efetividade em áreas de crise humanitária. Entre esses desafios destacam-se a insuficiência de infraestrutura tecnológica, as limitações de acesso à internet, a escassez de equipamentos, as dificuldades de capacitação docente e as desigualdades sociais que dificultam o acesso equitativo às oportunidades educacionais. Nesse sentido, identifica-se a necessidade de ampliar as discussões acerca das potencialidades e limitações dessa modalidade como estratégia de garantia do direito à educação em contextos de emergência.

A escolha desse tema justifica-se pela crescente incidência de crises humanitárias em diferentes regiões do mundo e pelos impactos que essas situações exercem sobre a permanência dos estudantes nos sistemas educacionais. Considerando que a interrupção prolongada da escolarização pode gerar prejuízos acadêmicos, sociais e emocionais, torna-se pertinente aprofundar o conhecimento sobre as contribuições da educação a distância para a continuidade do

ensino, bem como identificar fatores que favorecem ou dificultam sua implementação em cenários de elevada vulnerabilidade.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo geral analisar, por meio de uma revisão de literatura, as contribuições da educação a distância como estratégia de acesso à educação para estudantes inseridos em áreas de crise humanitária. Busca-se compreender as principais abordagens apresentadas na produção científica, identificar os benefícios e limitações dessa modalidade de ensino e discutir os fatores que influenciam sua efetividade na garantia da continuidade dos processos educativos em situações de emergência.

Espera-se que esta revisão de literatura contribua para ampliar o conhecimento científico acerca da utilização da educação a distância em contextos de crise humanitária, oferecendo subsídios para pesquisadores, educadores, gestores públicos e demais profissionais envolvidos com a formulação de políticas educacionais. Além disso, pretende-se fortalecer as discussões sobre estratégias que promovam maior equidade no acesso à educação, incentivando a adoção de práticas e políticas capazes de assegurar oportunidades de aprendizagem mesmo em cenários de elevada complexidade social e humanitária.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. O Direito à Educação em Contextos de Crises Humanitárias

Conforme Silva e Filho (2020), a educação constitui um direito humano essencial que deve ser preservado mesmo em cenários de crise, pois representa um instrumento de promoção da dignidade humana e da justiça social. Em contextos marcados por

instabilidade política, econômica ou social, a escola permanece como espaço de acesso ao conhecimento e de fortalecimento dos direitos fundamentais. A garantia da educação favorece a construção da cidadania e contribui para a proteção das populações em situação de vulnerabilidade. Além disso, sua manutenção fortalece processos democráticos e amplia oportunidades de inclusão social.

Segundo Eyng e Cardoso (2020), crianças e adolescentes inseridos em contextos de necessidades humanitárias encontram-se expostos a diversos fatores que comprometem o exercício do direito à educação. O deslocamento forçado, a insegurança, a pobreza e a interrupção dos serviços públicos ampliam as dificuldades de acesso e permanência na escola. Nesse cenário, políticas educacionais voltadas à proteção da infância tornam-se fundamentais para reduzir os impactos decorrentes dessas vulnerabilidades. A garantia da continuidade dos estudos contribui para preservar direitos, fortalecer vínculos sociais e minimizar riscos associados à exclusão educacional.

De acordo com Silva e Carvalho (2024), o direito à educação compreende não apenas o acesso à escola, mas também condições que assegurem a permanência dos estudantes e a qualidade do processo educativo. Em situações de crise, esses elementos tornam-se mais difíceis de serem garantidos devido às limitações estruturais e sociais enfrentadas pelas comunidades vulneráveis. A adoção de estratégias capazes de manter o vínculo entre estudantes e instituições de ensino mostra-se necessária para evitar interrupções prolongadas da escolarização. A preservação desse direito exige planejamento, investimento e ações coordenadas entre diferentes setores públicos.

Consoante Virginio *et al.* (2020), períodos de crise intensificam desigualdades educacionais e evidenciam a necessidade de atuação do Estado na formulação de políticas públicas voltadas à garantia dos direitos fundamentais. A educação integra esse conjunto de direitos e depende de investimentos em infraestrutura, formação docente e condições adequadas para o desenvolvimento das atividades escolares. A proteção desse direito exige respostas articuladas capazes de atender às demandas das populações afetadas por situações emergenciais. A permanência das ações educacionais fortalece a cidadania e amplia as possibilidades de desenvolvimento social. Assim, a educação mantém papel estratégico mesmo diante de cenários adversos.

Na visão de Silva e Silva (2020), a preservação do direito à educação durante períodos de crise requer ações que impeçam a interrupção dos processos educativos e reduzam os impactos sociais provocados pelas situações emergenciais. A suspensão prolongada das atividades escolares amplia desigualdades, dificulta a aprendizagem e compromete o desenvolvimento de crianças e jovens. A garantia da educação deve permanecer como prioridade das políticas públicas, independentemente das circunstâncias enfrentadas pela sociedade. O fortalecimento desse direito representa condição necessária para a promoção da cidadania e da inclusão social.

Segundo Silva, Espinoza e Lima (2023), o direito à educação depende da existência de instrumentos legais capazes de assegurar a continuidade das atividades educacionais em situações excepcionais. A ausência de regulamentações adequadas compromete a efetividade das ações implementadas em momentos de emergência e dificulta a garantia da aprendizagem. A organização de mecanismos jurídicos e educacionais fortalece a

proteção desse direito e amplia a capacidade de resposta dos sistemas de ensino diante de cenários críticos.

2.2. A Educação a Distância Como Estratégia para Garantir a Continuidade da Escolarização

Conforme Neto e Borges (2020), a educação a distância apresenta-se como uma modalidade de ensino associada à ampliação das possibilidades de acesso à educação, especialmente em situações nas quais limitações territoriais e estruturais dificultam a participação dos estudantes no ensino presencial. A expansão da EaD está relacionada ao desenvolvimento das tecnologias digitais e à criação de políticas educacionais voltadas à ampliação das oportunidades formativas. A modalidade permite que estudantes tenham contato com processos educativos mediados por recursos tecnológicos, independentemente da localização geográfica.

Segundo Coelho e Borges (2019), a educação a distância representa uma possibilidade de democratização do acesso ao ensino ao permitir que estudantes de diferentes regiões participem de processos formativos por meio de ambientes virtuais e recursos tecnológicos. A modalidade possibilita maior flexibilidade na organização dos estudos e amplia oportunidades educacionais para públicos que enfrentam dificuldades de deslocamento ou limitações relacionadas à oferta presencial. A utilização da EaD contribui para aproximar instituições de ensino e estudantes inseridos em diferentes realidades sociais.

De acordo com Marques (2020), a educação a distância assumiu papel relevante durante períodos de interrupção das atividades presenciais, possibilitando a manutenção do vínculo entre

estudantes e instituições de ensino. A utilização de plataformas digitais e recursos tecnológicos tornou-se uma alternativa para preservar a continuidade dos processos educativos em situações emergenciais. Entretanto, a implementação dessa modalidade depende de condições adequadas de acesso aos recursos tecnológicos e de organização pedagógica compatível com as necessidades dos estudantes. Nesse sentido, a educação a distância apresenta potencial para contribuir com a permanência escolar, desde que acompanhada de políticas que garantam condições de participação.

Consoante Nagase, Santos e Costa (2020), a educação a distância constitui uma modalidade que possibilita ampliar o acesso à formação educacional por meio da mediação tecnológica e da reorganização das práticas pedagógicas. A oferta de cursos e atividades educacionais nessa modalidade permite atender estudantes que não possuem disponibilidade ou condições para frequentar regularmente espaços presenciais de ensino. A EaD amplia as possibilidades de inclusão educacional ao alcançar diferentes públicos e localidades. Além disso, contribui para a criação de novas estratégias de formação, fundamentadas na utilização de tecnologias digitais e na flexibilização dos processos educativos.

Conforme Branco, Conte e Habowski (2020), a educação a distância apresenta possibilidades relacionadas à ampliação do acesso educacional, mas também exige atenção às condições necessárias para garantir a permanência e a aprendizagem dos estudantes. A utilização de ambientes virtuais de ensino depende da disponibilidade de recursos tecnológicos, do acompanhamento pedagógico e da participação ativa dos envolvidos no processo

educativo. Em situações nas quais o ensino presencial é impossibilitado, a EaD pode contribuir para reduzir os impactos da interrupção das atividades escolares. Entretanto, sua efetividade está relacionada à existência de estratégias que considerem as diferentes condições sociais dos estudantes.

Na visão de Veras e Silva (2020), a ampliação das modalidades educacionais mediadas por tecnologias está relacionada às possibilidades de democratização do acesso ao ensino, especialmente para grupos que historicamente enfrentam dificuldades de inserção nos sistemas educacionais. A educação a distância contribui para ampliar oportunidades formativas ao possibilitar que estudantes conciliem diferentes condições de vida com o processo de aprendizagem. Essa característica torna a modalidade relevante em contextos nos quais fatores territoriais, sociais ou econômicos limitam a participação no ensino presencial.

2.3. Desafios da Implementação da Educação a Distância em Áreas de Crise Humanitária

Conforme Almeida e Alves (2020), a utilização da educação a distância em contextos emergenciais evidencia desafios relacionados às desigualdades de acesso às tecnologias digitais e às condições necessárias para a participação dos estudantes. A implementação de atividades educacionais mediadas por recursos tecnológicos depende da disponibilidade de equipamentos, conectividade e suporte adequado aos usuários. Em situações de vulnerabilidade social, essas limitações podem ampliar as diferenças existentes entre grupos com diferentes condições econômicas e territoriais. Além disso, a ausência de infraestrutura tecnológica compromete a continuidade dos processos de aprendizagem.

Segundo Cani *et al.* (2020), a adoção de estratégias educacionais mediadas por tecnologias digitais exige preparação institucional e formação adequada dos profissionais envolvidos no processo educativo. A transição para modelos de ensino não presenciais revelou dificuldades relacionadas ao planejamento pedagógico, ao domínio das ferramentas digitais e à reorganização das práticas docentes. Em contextos de crise, essas limitações podem dificultar a oferta de uma educação contínua e inclusiva. A formação dos professores constitui elemento fundamental para o desenvolvimento de atividades educacionais adequadas às necessidades dos estudantes. Assim, a implementação da educação a distância depende não apenas dos recursos tecnológicos, mas também da preparação dos sujeitos responsáveis pela mediação do ensino.

De acordo com Rondini, Pedro e Duarte (2020), a adoção do ensino mediado por tecnologias durante períodos de crise revelou dificuldades relacionadas à adaptação de professores e estudantes às novas formas de interação educacional. A utilização de ferramentas digitais demanda conhecimentos específicos, acesso aos recursos tecnológicos e condições adequadas para o desenvolvimento das atividades propostas. Em populações afetadas por vulnerabilidades sociais, essas exigências podem representar obstáculos para a participação efetiva dos estudantes. A ausência de equipamentos e de conectividade interfere diretamente na qualidade da experiência educacional.

Consoante Santos *et al.* (2025), a desigualdade digital constitui um dos principais desafios para a efetivação de práticas educacionais mediadas por tecnologias, uma vez que o acesso aos recursos digitais ocorre de maneira distinta entre os diferentes grupos sociais.

A disponibilidade de internet, equipamentos e condições apropriadas de estudo influencia diretamente a participação dos estudantes em atividades realizadas a distância. Em contextos de crise humanitária, essas dificuldades tornam-se mais evidentes devido às condições de vulnerabilidade enfrentadas pelas comunidades afetadas. A superação dessas barreiras requer políticas públicas voltadas à inclusão digital e ao fortalecimento da infraestrutura educacional.

Na visão de Souza, Souza e Bitu (2022), a educação mediada por tecnologias durante períodos de emergência apresenta limitações relacionadas às condições estruturais das instituições e às dificuldades enfrentadas pelos estudantes no acesso aos recursos digitais. A continuidade das atividades escolares depende da capacidade dos sistemas educacionais em desenvolver estratégias adaptadas às necessidades das comunidades atendidas. Em situações de crise, fatores como instabilidade econômica, ausência de equipamentos e limitações de conectividade podem comprometer a participação dos estudantes. A organização de políticas educacionais inclusivas torna-se necessária para reduzir os impactos dessas dificuldades. Assim, a educação a distância demanda planejamento e investimentos para alcançar efetivamente os diferentes grupos sociais.

Segundo Saviani e Galvão (2021), a utilização de estratégias educacionais não presenciais apresenta desafios relacionados às condições concretas de acesso, à organização pedagógica e às desigualdades sociais existentes no sistema educacional. A adoção de atividades remotas em situações emergenciais não elimina as dificuldades históricas enfrentadas pelos estudantes, especialmente aqueles pertencentes a grupos socialmente vulneráveis. A ausência

de condições adequadas pode limitar a participação e comprometer a qualidade do processo educativo. Nesse contexto, torna-se necessário compreender que a educação a distância depende de políticas estruturadas para garantir sua efetividade. Dessa forma, os desafios tecnológicos e sociais devem ser considerados na implementação dessa modalidade em contextos de crise.

2.4. Tecnologias Digitais e Políticas Educacionais para Promoção do Acesso à Educação em Situações de Emergência

Conforme Bacich e Moran (2018), as tecnologias digitais ampliam as possibilidades de organização dos processos educativos ao possibilitarem novas formas de interação, comunicação e construção do conhecimento. A incorporação desses recursos ao ensino contribui para diversificar as práticas pedagógicas e criar ambientes de aprendizagem mais flexíveis. Em contextos nos quais o ensino presencial encontra limitações, as ferramentas digitais podem favorecer a continuidade das atividades educacionais por meio de diferentes estratégias de mediação. A utilização adequada dessas tecnologias depende de planejamento pedagógico e da compreensão das especificidades dos estudantes envolvidos. Dessa forma, os recursos digitais constituem instrumentos que podem fortalecer as práticas educacionais em diferentes realidades.

Segundo Alves e Silva (2026), as tecnologias digitais modificam as formas de acesso, produção e compartilhamento de informações, influenciando diretamente os processos educacionais contemporâneos. A utilização desses recursos permite ampliar as possibilidades de comunicação entre professores e estudantes, favorecendo a criação de ambientes educativos que ultrapassam os limites físicos da escola. Em situações emergenciais, as tecnologias

podem contribuir para a manutenção do vínculo educacional e para a continuidade das atividades de aprendizagem. Entretanto, sua utilização requer formação adequada dos profissionais e condições estruturais que possibilitem o aproveitamento desses recursos.

De acordo com Moraes (2025), a utilização das tecnologias digitais na educação possibilita ampliar os espaços e tempos de aprendizagem, permitindo que os estudantes desenvolvam atividades educativas em diferentes contextos. A educação mediada por tecnologias favorece modelos mais flexíveis de ensino e contribui para atender públicos que enfrentam limitações relacionadas à distância ou à impossibilidade de participação presencial. Em situações de emergência, essas possibilidades tornam-se relevantes para garantir a continuidade dos processos educacionais. Contudo, a integração tecnológica exige mudanças na organização pedagógica e no papel desempenhado por professores e instituições.

Consoante Cruz *et al.* (2024), as tecnologias digitais podem contribuir para transformar as práticas educacionais ao possibilitarem processos de ensino e aprendizagem mais dinâmicos e interativos. A utilização de ambientes virtuais e ferramentas digitais amplia as oportunidades de acompanhamento e comunicação entre os participantes do processo educativo. Em contextos de crise, esses recursos podem auxiliar na criação de alternativas para manter a continuidade escolar quando os modelos tradicionais de ensino são interrompidos. Entretanto, a efetividade dessas estratégias depende da disponibilidade tecnológica e da preparação dos profissionais envolvidos. Assim, as políticas educacionais voltadas à inclusão digital tornam-se fundamentais

para garantir que diferentes grupos sociais possam usufruir dessas possibilidades.

Na visão de Couto, Couto e Cruz (2020), as tecnologias digitais assumiram papel relevante na reorganização das práticas educacionais diante da necessidade de manutenção das atividades escolares em períodos de crise. A utilização de plataformas digitais, redes de comunicação e recursos virtuais possibilitou a criação de alternativas para preservar a relação entre instituições, professores e estudantes. Entretanto, as desigualdades relacionadas ao acesso tecnológico evidenciaram limitações para a implementação dessas estratégias em diferentes grupos sociais. A inclusão digital tornou-se condição necessária para ampliar a participação educacional e reduzir barreiras existentes. Dessa forma, políticas públicas direcionadas ao acesso às tecnologias são fundamentais para fortalecer respostas educacionais em situações emergenciais.

Segundo Dias *et al.* (2024), as políticas públicas de inclusão digital desempenham papel fundamental na ampliação do acesso às tecnologias educacionais e na redução das desigualdades relacionadas ao uso dos recursos digitais. A democratização do acesso à internet e aos equipamentos tecnológicos constitui elemento necessário para que estudantes possam participar de atividades educacionais mediadas por tecnologias. Em situações de emergência, essas políticas contribuem para garantir condições mínimas de continuidade da escolarização. A ausência de investimentos nessa área pode aprofundar diferenças educacionais entre grupos sociais distintos.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão de literatura, de natureza qualitativa, com objetivo exploratório e descritivo. Esse tipo de investigação possibilita reunir, organizar e analisar conhecimentos científicos já produzidos acerca de um determinado tema, contribuindo para a compreensão do estado da arte e para a identificação de evidências presentes na literatura. A abordagem qualitativa foi adotada por possibilitar a interpretação das informações publicadas nos estudos selecionados, favorecendo a compreensão das contribuições da educação a distância como estratégia de acesso à educação para estudantes inseridos em áreas de crise humanitária.

Para a composição do referencial teórico, foram selecionados 24 materiais bibliográficos, sendo 23 artigos científicos publicados em periódicos acadêmicos de língua portuguesa e um livro, intitulado *Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática*, de Bacich e Moran (2018). Como critérios de inclusão, foram considerados artigos publicados entre os anos de 2019 e 2026, disponíveis na íntegra em meio eletrônico.

A coleta dos dados foi realizada por meio de consultas em bases de dados e periódicos científicos nacionais, priorizando artigos publicados em língua portuguesa disponíveis em plataformas de acesso aberto. Após a seleção dos materiais, procedeu-se à leitura integral dos estudos, seguida da organização das informações de acordo com os objetivos da pesquisa. A análise dos dados foi conduzida mediante análise temática, permitindo a identificação de categorias recorrentes relacionadas ao direito à educação em situações de crise humanitária, às contribuições da educação a distância para a continuidade da escolarização, aos desafios de sua

implementação e ao papel das tecnologias digitais e das políticas educacionais na promoção do acesso à educação.

No desenvolvimento desta pesquisa foram respeitados os princípios éticos relacionados à produção científica, assegurando a correta atribuição das ideias aos respectivos autores, a fidedignidade das informações analisadas e a utilização de referências devidamente identificadas conforme as normas acadêmicas. Por tratar-se de uma revisão de literatura, não houve envolvimento direto de seres humanos, dispensando apreciação por comitê de ética em pesquisa. Como limitação do estudo, destaca-se a utilização exclusiva de publicações em língua portuguesa publicados entre 2018 e 2026, fator que pode restringir a incorporação de evidências produzidas em outros idiomas e contextos internacionais, especialmente considerando que as crises humanitárias possuem ampla distribuição geográfica e significativa produção científica em âmbito global.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise da literatura evidenciou que a educação a distância tem sido reconhecida como uma importante estratégia para garantir a continuidade da escolarização em contextos de crise humanitária. Os estudos analisados convergem ao afirmar que conflitos armados, desastres naturais, crises sanitárias e deslocamentos forçados comprometem significativamente o funcionamento das instituições de ensino, tornando indispensável a adoção de alternativas capazes de preservar o direito à educação. Nesse sentido, a utilização de tecnologias digitais e ambientes virtuais de aprendizagem surge como uma possibilidade para minimizar os impactos decorrentes da interrupção das atividades presenciais.

Um dos principais eixos identificados refere-se ao direito à educação como princípio fundamental que deve ser assegurado independentemente das condições enfrentadas pela população. A literatura demonstra consenso ao considerar que a continuidade dos processos educativos representa um mecanismo de proteção social, contribuindo para reduzir os efeitos das crises sobre crianças, adolescentes e jovens. Os trabalhos analisados reforçam que a manutenção da escolarização ultrapassa a dimensão pedagógica, assumindo também funções relacionadas ao acolhimento, à proteção e ao fortalecimento da cidadania.

Outro eixo recorrente diz respeito ao potencial da educação a distância para ampliar o acesso à educação em localidades marcadas por restrições de mobilidade ou limitações estruturais. Os autores apontam que a mediação tecnológica possibilita maior flexibilidade na organização das atividades educacionais, permitindo que estudantes permaneçam vinculados às instituições de ensino mesmo diante da impossibilidade de frequentar aulas presenciais. Esses resultados demonstram que a EaD pode contribuir para reduzir interrupções no processo de aprendizagem quando adequadamente planejada e implementada.

Entretanto, a literatura também evidencia que a efetividade da educação a distância depende de condições estruturais que nem sempre estão presentes em áreas de crise humanitária. Os estudos analisados destacam que dificuldades relacionadas ao acesso à internet, à disponibilidade de equipamentos tecnológicos, ao fornecimento de energia elétrica e às limitações de infraestrutura constituem obstáculos significativos para a implementação dessa modalidade de ensino. Esses fatores indicam que a adoção da EaD, isoladamente, não garante a universalização do acesso à educação.

Outro aspecto amplamente discutido refere-se à formação dos professores para a utilização das tecnologias digitais. Os autores convergem ao reconhecer que a mediação pedagógica em ambientes virtuais exige competências específicas relacionadas ao planejamento, à utilização de recursos tecnológicos e à adaptação das metodologias de ensino. A ausência de formação continuada pode comprometer a qualidade das atividades desenvolvidas, reduzindo o potencial da educação a distância como estratégia de continuidade da escolarização em situações de emergência.

A inclusão digital também foi identificada como um dos fatores determinantes para o sucesso das ações educacionais mediadas por tecnologias. A literatura demonstra que as desigualdades no acesso à internet e aos dispositivos eletrônicos reproduzem e, em alguns casos, ampliam as desigualdades educacionais já existentes. Dessa forma, os estudos analisados ressaltam que políticas públicas voltadas à democratização do acesso às tecnologias são indispensáveis para garantir maior equidade na oferta educacional durante períodos de crise.

Embora exista consenso quanto às potencialidades da educação a distância, foram observadas algumas divergências entre os autores quanto à sua capacidade de substituir integralmente o ensino presencial. Parte da literatura considera que a EaD representa uma alternativa eficaz para assegurar a continuidade das atividades escolares em situações excepcionais. Em contrapartida, outros estudos defendem que essa modalidade deve ser compreendida como estratégia complementar, uma vez que limitações relacionadas à interação social, ao acompanhamento pedagógico e às desigualdades tecnológicas dificultam sua plena efetividade em todos os contextos.

Os resultados também demonstram que a implementação de políticas públicas integradas constitui elemento indispensável para fortalecer a utilização da educação a distância em áreas de crise humanitária. Os estudos apontam a necessidade de investimentos em infraestrutura tecnológica, ampliação da conectividade, formação de professores, produção de materiais didáticos digitais e desenvolvimento de estratégias educacionais adaptadas às características das populações afetadas. Essas iniciativas contribuem para ampliar a capacidade de resposta dos sistemas educacionais diante de cenários de instabilidade.

De maneira geral, os achados identificados na literatura respondem ao objetivo desta pesquisa ao demonstrar que a educação a distância possui potencial para ampliar o acesso à educação em áreas de crise humanitária, desde que sua implementação esteja associada a políticas públicas consistentes e à redução das desigualdades de acesso às tecnologias. Os resultados indicam que a modalidade representa uma estratégia relevante para assegurar a continuidade da escolarização, porém sua efetividade depende da articulação entre infraestrutura, inclusão digital, formação docente e planejamento pedagógico adequado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão de literatura permitiu compreender que a educação a distância representa uma importante estratégia para promover o acesso e a continuidade da educação em áreas afetadas por crises humanitárias. A análise dos estudos evidenciou que essa modalidade pode contribuir para reduzir os impactos provocados pela interrupção das atividades presenciais, favorecendo a manutenção do vínculo entre estudantes e instituições de ensino.

Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa foi alcançado ao identificar as principais contribuições, potencialidades e desafios relacionados à utilização da educação a distância em contextos de vulnerabilidade.

Em relação ao problema de pesquisa, verificou-se que a educação a distância pode contribuir significativamente para garantir a continuidade da escolarização em situações de crise humanitária, desde que existam condições adequadas para sua implementação. A literatura demonstrou que fatores como acesso às tecnologias digitais, conectividade, formação docente e planejamento pedagógico exercem influência direta sobre a efetividade dessa modalidade. Assim, a EaD configura-se como uma alternativa relevante, embora dependa de ações estruturadas para alcançar resultados satisfatórios.

Entre as limitações deste estudo destaca-se o fato de a pesquisa ter sido desenvolvida exclusivamente por meio de revisão de literatura, sem a realização de investigações de campo ou análise de experiências práticas em contextos específicos de crise humanitária. Além disso, a disponibilidade de estudos nacionais sobre a aplicação da educação a distância em cenários humanitários ainda é relativamente limitada, o que evidencia a necessidade de ampliação da produção científica sobre essa temática.

Os resultados obtidos reforçam a importância da formulação de políticas públicas voltadas à inclusão digital, à ampliação da infraestrutura tecnológica e à capacitação de professores para atuação em ambientes virtuais de aprendizagem. Também evidenciam que a adoção da educação a distância deve estar articulada a estratégias que considerem as condições sociais,

econômicas e culturais das populações atendidas, contribuindo para reduzir desigualdades e fortalecer a garantia do direito à educação.

Recomenda-se que futuras pesquisas desenvolvam estudos empíricos sobre experiências de educação a distância em diferentes contextos de crise humanitária, permitindo avaliar seus impactos na aprendizagem, na permanência escolar e na inclusão educacional. Também são relevantes investigações voltadas à análise de políticas públicas, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais acessíveis e à construção de modelos pedagógicos capazes de responder de forma mais eficaz às demandas educacionais impostas por situações de emergência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Beatriz Oliveira; ALVES, Lynn Rosalina Gama. Letramento digital em tempos de COVID-19: uma análise da educação no contexto atual. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 12, n. 28, p. 1–18, 2020. DOI: 10.28998/2175-6600.2020v12n28p1-18. Disponível em: <https://periodicos.ufal.br/debateseducacao/article/view/10282>. Acesso em: 6 jul. 2026.

ALVES, Elaine Guimarães Bonfim; SILVA, Danilo Garcia da. Cultura digital e educação: as tecnologias digitais e o professor como agentes de transformação pedagógica. **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], n. 79, p. e30065, 2026. DOI: 10.5585/2026.30065. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/30065>. Acesso em: 7 jul. 2026.

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BRANCO, Lilian Soares Alves; CONTE, Elaine; HABOWSKI, Adilson Cristiano. Evasão na educação a distância: pontos e contrapontos à problemática. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 132-154, 2020. DOI: 10.1590/S1414-40772020000100008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000100008>. Acesso em: 6 jul. 2026.

CANI, Josiane Brunetti et al. Educação e COVID-19: a arte de reinventar a escola mediando a aprendizagem “prioritariamente” pelas TDIC. **Revista Ifes Ciência**, Vitória, v. 6, n. 1, p. 23-39, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ric/article/view/713>. Acesso em: 6 jul. 2026.

COELHO, Dannel Ferreira Ferreira; BORGES, Sheila da Silva. A educação a distância como instrumento de democratização do acesso ao ensino superior. **Revista Aprendizagem em EAD**, Brasília, v. 8, n. 1, 2019. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/raead/article/view/10990>. Acesso em: 5 jul. 2026.

COUTO, Edvaldo Souza; COUTO, Edilece Souza; CRUZ, Ingrid de Magalhães Porto. #FIQUEEMCASA: educação na pandemia da COVID-19. **Interfaces Científicas - Educação**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 200–217, 2020. DOI: 10.17564/2316-3828.2020v8n3p200-217. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/8777>. Acesso em: 7 jul. 2026.

CRUZ, D. O. da; CRUZ, N. M. de A. da; SILVA, E. F. B. da; SILVA, V. F. da; RAMOS, M. de F. T.; SILVA JÚNIOR, J. C. da. Educação a distância: desafios e oportunidades. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 21, n. 9, p. e8292, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n9-304. Disponível em:

<https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/8292>. Acesso em: 7 jul. 2026.

DIAS, Adriano Valter Dornelles; NARCISO, Rodi; KLAUCH, Jorge José; OLIVEIRA, Meiriadilla Sousa de; MOTA, Christian dos Santos; MEDEIROS, Geisiéli Aparecida Carvalho Marin de; COSSOTE, Douglas Figueiredo; FRANÇA, Erivelton Fernandes. Inclusão digital: garantindo acesso e qualidade na educação. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. e1002, 2024. DOI: 10.23900/2359-1552v13n2-112-2024. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/1002>. Acesso em: 7 jul. 2026.

EYNG, Ana Maria; CARDOSO, João Casqueira. Direitos da infância em contextos de necessidades humanitárias: fatores de risco e demandas educativas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 109, p. 927-948, 2020. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/2361>. Acesso em: 5 jul. 2026.

MARQUES, Jardel Delgado. Educação a distância no contexto da pandemia do Covid-19: uma alternativa democrática ou segregadora?. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 428–441, 2020. DOI: 10.12957/riae.2020.52294. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/52294>. Acesso em: 5 jul. 2026.

MORAES, A. de A. Metodologias ativas: uma revisão bibliográfica e perspectivas para a prática da sala de aula. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 22, n. 5, p. e14549, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n5-022.

Disponível

em:

<https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/14549>. Acesso em: 7 jul. 2026.

NAGASE, Raquel Hissae; SANTOS, Ana Paula de Souza; COSTA, Maria Luisa Furlan. Democratização da educação superior: um olhar sobre a formação de professores na modalidade a distância. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 45, n. 3, p. 763–775, 2026. DOI: 10.5216/ia.v45i3.62107. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/62107>. Acesso em: 6 jul. 2026.

NETO, Vicente Batista dos Santos; BORGES, Maria Célia. Educação a distância no Brasil: a regulamentação como falácia da democratização e acesso ao ensino superior de qualidade / Distance education in Brazil: regulation as a fallacy of democratization and access to quality higher education. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 53–72, 2020. DOI: [10.14393/REPOD-v9n1a2020-54796](https://doi.org/10.14393/REPOD-v9n1a2020-54796). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/54796>. Acesso em: 5 jul. 2026.

RONDINI, Carina Alexandra; PEDRO, Ketilin Mayra; DUARTE, Cláudia dos Santos. Pandemia do Covid-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na práxis docente. **Interfaces Científicas - Educação**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 41–57, 2020. DOI: 10.17564/2316-3828.2020v10n1p41-57. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9085>. Acesso em: 6 jul. 2026.

SANTOS, Emerson Soares et al. Tecnologias digitais, currículo e inclusão: uma breve revisão sobre os desafios da EAD na superação

das desigualdades raciais e sociais. **ARACÊ**, [S. l.], v. 7, n. 9, p. e7887, 2025. DOI: [10.56238/arev7n9-071](https://doi.org/10.56238/arev7n9-071). Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/7887>. Acesso em: 6 jul. 2026.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do "ensino" remoto. **Universidade e sociedade: projeto da Andes-Sindicato Nacional**. Brasília, DF. v. 31, n. 67, p. 36-49, jan. 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/11890>. Acesso em: 7 jul. 2026.

SILVA, Janaina da Cunha; CARVALHO, Jaciara de Sá. Direito à educação em escola pública: : acesso, permanência e qualidade em uma crise político-sanitária. **Horizontes**, [S. l.], v. 42, n. 1, p. e023089, 2024. DOI: [10.24933/horizontes.v42i1.1611](https://doi.org/10.24933/horizontes.v42i1.1611). Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1611>. Acesso em: 5 jul. 2026.

SILVA, Linda Carter Souza da; FILHO, Luiz Gomes da Silva. Educação em direitos humanos em tempos de crise. **Dialogia**, [S. l.], n. 36, p. 470–483, 2020. DOI: [10.5585/dialogia.n36.16827](https://doi.org/10.5585/dialogia.n36.16827). Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/16827>. Acesso em: 5 jul. 2026.

SILVA, Maria Abádia da; SILVA, Edileuza Fernandes. Para onde vai o direito à educação em tempos de pandemia?. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 185–203, 2020. DOI: [10.12957/riae.2020.51884](https://doi.org/10.12957/riae.2020.51884). Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/51884>. Acesso em: 5 jul. 2026.

SILVA, T. J. C.; ESPINOZA, F.; LIMA, A. S. Ensino remoto emergencial, legislação e direito à educação no Brasil. **Revista da Faculdade de**

Direito do Sul de Minas, [S. l.], v. 39, n. 2, 2023. Disponível em: <https://revista.fdsu.edu.br/index.php/revistafdsu/article/view/575>.

Acesso em: 5 jul. 2026.

SOUZA, Francisco Hugo Sobral de; SOUZA, Celestina Elba Sobral de; BITU, Vanessa de Carvalho Nilo. O ensino remoto emergencial: os desafios e estigmas vivenciados pelos docentes durante a pandemia da COVID-19. **Revista de Casos e Consultoria**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. e27647, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/27647>.

Acesso em: 7 jul. 2026.

VERAS, Renata Meira; SILVA, Daiane da Luz. A democratização do acesso ao ensino superior no Brasil é um instrumento de justiça social? Possibilidades e desafios na formação de professores. **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], n. 54, p. e17325, 2020. DOI: 10.5585/eccos.n54.17325. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/17325>. Acesso em: 6 jul. 2026.

VIRGINIO, Alexandre Silva Silva et al. Educação, direitos humanos e pandemia: novas demandas para o Estado. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 7, n. 19, p. 282-295, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/3878>. Acesso em: 5 jul. 2026.

¹ Mestranda em Ciências da Educação. Ivy Enber Christian University. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Doutora em Biotecnologia. Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Doutor em Ecologia e Conservação. Universidade do Estado de Mato Grosso. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁴ Doutoranda em Ensino. Universidade vale do Taquari. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁵ Doutorando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁶ Mestra em Educação. Universidade do Extremo Sul Catarinense. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁷ Mestranda em Geografia. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁸ Mestranda em Extensão Rural. Universidade Federal do Vale do São Francisco. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁹ Mestranda em Educação. Universidade de Brasília. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

¹⁰ Mestranda em Educação. Universidade de Brasília. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

¹¹ Mestranda em Ciências da Educação. Ivy Enber Christian University. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

¹² Especialista em Ensino de Língua Portuguesa e Inglesa. Universidade Estadual de Santa Cruz. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

¹³ Especialista em Gestão Estratégica de Negócios. Instituto Federal da Bahia. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

¹⁴ Bacharela em Engenharia Ambiental. Universidade Federal da Paraíba. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

¹⁵ Licenciado em Educação Física. Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)